

A EXAUSTÃO COMO PROJETO POLÍTICO: O CORPO FEMININO E O MAGISTÉRIO SOB O PATRIARCADO NEOLIBERAL

**EXHAUSTION AS A POLITICAL PROJECT: THE FEMALE BODY AND
TEACHING UNDER NEOLIBERAL PATRIARCHY**

Ciências Humanas • 22/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787288118](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787288118)

Kaliny Ferraz¹

RESUMO

O presente artigo investiga as intersecções entre a governamentalidade neoliberal, a biopolítica e a exploração do corpo feminino, com enfoque na realidade das mulheres no magistério. Partindo da transição do poder soberano para o biopoder, analisa-se como o neoliberalismo instaura um "empresariamento da vida", capturando a subjetividade e convertendo o indivíduo em capital humano. Ao tensionar a teoria foucaultiana com a crítica materialista feminista, o estudo desnaturaliza constructos históricos como o instinto materno e o trabalho de cuidado, evidenciando-os como tecnologias projetadas para garantir a reprodução social e a manutenção da força de trabalho. Argumenta-se que, no ambiente escolar, o Estado e as instituições assumem o papel de um "novo patriarca", expropriando o trabalho reprodutivo feminino sob a retórica da vocação. Submetidas a um rigoroso panóptico estético e moral, as professoras vivenciam uma dupla jornada que culmina na exaustão. Conclui-se que esse esgotamento atua como um dispositivo político de controle que inviabiliza alianças e resistências e que, ao colapsar, a justa insurgência docente é sistematicamente patologizada e esvaziada de seu caráter político.

Palavras-chave: Biopolítica; Neoliberalismo; Feminismo Materialista; Trabalho Docente; Exaustão Feminina.

ABSTRACT

This article investigates the intersections between neoliberal governmentality, biopolitics, and the exploitation of the female body, focusing on the reality of women in the teaching profession. Starting from the transition from sovereign power to biopower, it analyzes how neoliberalism establishes an "enterprising of life," capturing subjectivity and converting the individual into human capital. By placing Foucauldian theory in tension with materialist feminist

critique, the study denaturalizes historical constructs such as the maternal instinct and care work, exposing them as technologies designed to ensure social reproduction and the maintenance of the labor force. It is argued that, in the school environment, the State and institutions assume the role of a "new patriarch," expropriating female reproductive labor under the rhetoric of vocation. Subjected to a rigorous aesthetic and moral panopticon, female teachers experience a double burden that culminates in exhaustion. The paper concludes that this depletion acts as a political device of control that precludes alliances and resistance, and that, upon collapse, the legitimate insurgency of teachers is systematically pathologized and emptied of its political character.

Keywords: Biopolitics; Neoliberalism; Materialist Feminism; Teaching Profession; Female Exhaustion.

1. INTRODUÇÃO

A vivência da existência humana dá-se inescapavelmente através da materialidade do corpo. Contudo, no âmbito da reflexão filosófica e educacional, essa dimensão não pode ser lida sob a ótica de uma entidade puramente biológica ou neutra (Foucault, 1979). O corpo consolida-se como a superfície privilegiada onde o Estado e as instituições inscrevem suas ordens, deixando de ser apenas carne para tornar-se uma arena de disputas históricas, sociais e políticas. Sob o prisma da biopolítica, os corpos carregam as marcas de vetores de poder que não mais apenas ameaçam com a morte, mas que gerem, calculam e administram incisivamente os modos de vida.

Ao expandirmos o horizonte analítico dessa maquinaria para o contexto contemporâneo, observamos que o aparato de captura

operado pela racionalidade neoliberal transcende a tradicional exploração do trabalho físico. Trata-se da instauração de um "empresariamento da vida", processo por meio do qual a subjetividade se reorganiza sob a lógica da autoexigência ininterrupta, convertendo os indivíduos em gestores do seu próprio capital humano. No entanto, essa racionalidade não atua de forma universal. Quando tensionada pelas categorias de gênero, evidencia-se a conformação de um autêntico patriarcado neoliberal. Nessa estrutura, opressões historicamente sedimentadas — como a naturalização do afeto, o imperativo moral do cuidado e o apagamento das alianças femininas — não são superadas, mas sim sofisticadas e convertidas em dispositivos biopolíticos eficientes para a extração contínua da força vital e produtiva das mulheres.

É precisamente na intersecção entre essa subsunção total da vida e a feminização histórica do trabalho de cuidado que este artigo localiza o seu objeto central de investigação: a realidade das mulheres no magistério. No ambiente escolar, a gestão biopolítica transmuta o Estado e as instituições em um novo patriarca, que se apropria do trabalho reprodutivo invisibilizado no espaço privado e o converte em uma exigência profissional compulsória, frequentemente mascarada sob a retórica do "dom" ou da "vocação". Submetidas a um rigoroso panóptico estético e moral, as docentes vivenciam uma sobrecarga sistemática que culmina na exaustão.

O presente estudo argumenta, portanto, que esse esgotamento não opera como um mero dano colateral da precarização do trabalho, mas como um projeto político deliberado de contenção. Diante desse cenário de controle e da imediata patologização que recai sobre o corpo que colapsa, torna-se urgente investigar como a racionalidade neoliberal tenta silenciar as vozes que reivindicam

limites e de que maneira é possível forjar existências indisciplinadas e insurgentes que recusem essa captura.

2. A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A CAPTURA DA VIDA

Para compreender a captura que se exerce sobre os corpos contemporâneos, é imprescindível retornar à reconfiguração dos mecanismos de poder analisada por Michel Foucault. A partir do século XVIII, observa-se uma inflexão histórica: o alvo do poder deixa de ser estritamente o território e passa a ser a própria vida humana. Até a Idade Moderna, a premissa que alicerçava o Estado Soberano era a de “fazer morrer e deixar viver”, onde a intervenção ocorria majoritariamente por meio do direito de morte e da punição física. Contudo, com a ascensão do capitalismo e as demandas da Revolução Industrial, o Estado percebeu que a aniquilação física de seus súditos não era eficiente nem lucrativa. O imperativo de uma nação forte passou a exigir corpos vivos, saudáveis e, sobretudo, produtivos. A fórmula do poder, portanto, inverteu-se.

Ao refletir sobre essa mutação, Foucault evidencia o surgimento de um novo direito que não apaga o anterior, mas o perpassa e o modifica profundamente: o poder de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2010, p.202). Acompanhando essa alteração nas relações de direito à vida, as tecnologias de poder também se desdobram. Se nos séculos XVII e XVIII o poder disciplinar (anatomo-política) focava nos corpos individuais para torná-los dóceis e produtivos nos espaços de confinamento, uma nova tecnologia emerge para atuar sobre a vida humana de forma ampla: a biopolítica, que pode ser entendida como:

um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente, na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos do saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (Foucault, 2010, p. 204)

A biopolítica passa a olhar para as pessoas não apenas como indivíduos, mas como uma massa, um "corpo-espécie" (Foucault, 2008, p.126-127). O Estado assume o controle de fenômenos biológicos e populacionais por meio da estatística, gerindo taxas de natalidade, mortalidade, longevidade e saúde pública. A ação sobre a população torna-se totalizante:

trata-se não apenas de distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos no interior de espaços determinados (como por exemplo, no interior de instituições como a prisão, o hospital, a fábrica), mas trata-se de dar conta dos fenômenos mais amplos da vida biológica. Trata-se de organizar um "meio" que permita circulações; trata-se de regular os processos da vida (como natalidade, a mortalidade, a morbididade, os deslocamentos) segundo o princípio geral da "segurança", trata-se, em suma, de atuar sobre os fenômenos naturais que se manifestam em uma determinada população (Fonseca, 2008, p, 157).

Contudo, para expandir esse horizonte analítico até a contemporaneidade e compreender as raízes do esgotamento moderno, é necessário recorrer às formulações de Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (2005). Nessa obra, o neoliberalismo é estabelecido como a matriz inteligível fundamental para a gestão da vida. Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo transcende a esfera puramente econômica para se consolidar como uma arte de governar focada em "conduzir as condutas". O mercado deixa de ser um espaço de troca para ser redefinido sob o prisma da concorrência permanente entre sujeitos.

A partir dessa racionalidade, a sociedade abandona a imagem de um grande balcão de trocas para se assemelhar a uma vasta rede de empreendimentos em disputa. Ocorre o que se denomina de "empresariamento da vida": os sujeitos internalizam a gramática da gestão corporativa, transformando-a em balizadores éticos de sua

própria subjetividade. A capacidade laborativa é ressignificada sob o conceito de "capital humano", exigindo que o indivíduo engaje-se de forma ininterrupta e produtiva para responder aos estímulos do mercado concorrencial (Ferraz, 2020, p.29). O biopoder deixa de ser eminentemente repressivo para se constituir como um poder condicionante, expansivo e produtivo, que dispensa a coerção externa contínua porque o próprio sujeito assume o autogoverno e a autoexigência.

Nesse cenário de otimização irrefreável, a captura operada pelo capital torna-se absoluta. Como demonstra Peter Pál Pelbart, a biopolítica contemporânea atua na expropriação total do sujeito:

o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, às mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado pelos poderes. Mas o que são os poderes? Digamos, para ir rápido, com todos os riscos de simplificação: as ciências, o capital, o Estado, a mídia etc. (2007, p.57).

O aparelho de captura do capitalismo transcende a antiga exploração do trabalho braçal. Ao mobilizar a afetividade, o psiquismo e a criatividade, forja-se uma subjetividade ancorada em uma imperativa biossociabilidade (Veiga-Neto, 2002), exigindo do sujeito vigilância e gestão ininterrupta do próprio corpo para

maximizar seu rendimento. A saúde e o bem-estar deixam de ser estados de equilíbrio para se consolidarem como ativos essenciais do capital humano.

É exatamente essa subsunção total da vida, em que a existência se confunde com a produtividade, que prepara o terreno para uma análise pormenorizada de gênero. Afinal, se a biopolítica neoliberal coloniza a afetividade e o corpo para extrair valor, é no corpo da mulher — historicamente responsabilizado pelo trabalho reprodutivo e pelo cuidado — que essa racionalidade encontrará sua mais perversa e exaustiva eficiência.

3. O MITO DO CUIDADO E A MATERNIDADE COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE

Embora a teoria foucaultiana sobre biopoder e biopolítica seja basilar para compreender a governamentalidade moderna, ela encontra um limite ao tratar o corpo de forma universal, frequentemente sem distinção de gênero. Contudo, a estrutura social ocidental governa os corpos masculinos e femininos de formas diametralmente distintas. Como aponta Oyěwùmí (2021, p. 27), a sociedade ocidental estrutura-se a partir da construção de categorias corporais, associando diferenças de gênero, raça e classe a hierarquias de poder. Simone de Beauvoir ([1949] 1980), por sua vez, já alertava que a percepção do corpo feminino como algo puramente sexual ou funcional é uma construção imposta, uma vez que, na origem da vida, o corpo é primordialmente a irradiação de uma subjetividade.

É a partir dessa dimensão produtiva do biopoder que se torna possível compreender como a engrenagem neoliberal opera pela

captura contínua das existências femininas. Para garantir a eficácia do "capital humano", o sistema precisa expropriar o corpo da mulher de sua autonomia, transformando-o na fábrica primordial que forja e mantém novos trabalhadores. O exemplo mais cristalino dessa captura biopolítica é a invenção da maternidade compulsória e do instinto materno inato.

A concepção da maternidade como essência feminina não é um dado da natureza, mas uma construção histórica contemporânea forjada para atender às demandas de reprodução social do capital. Em *Um amor conquistado: O mito do amor materno*, Elisabeth Badinter (1985) expõe as fraturas dessa narrativa. Ao realizar uma revisão histórica, a autora demonstra que a idealização do afeto materno estava longe de ser uma realidade nas famílias nobres da Europa Moderna, onde o distanciamento sistemático, a entrega de recém-nascidos a amas de leite e o envio para internatos eram práticas corriqueiras, pois, como explicita Badinter (1985, p. 133), “somos tentados a ver no envio para a escola, e sobretudo para o internato, um meio moralmente honroso de livrar-se deles”. Exercer a função biológica era frequentemente encarado como um empecilho, e o corpo lactante, alvo de repulsa moral e estética. Essa aversão ao corpo puerperal impactava diretamente as dinâmicas do casamento, servindo de álibi para o distanciamento masculino e para as relações extraconjugais, conforme se observa a seguir:

Alguns se queixavam da amamentação pela mulher como de um atentado à sua sexualidade e uma restrição do seu prazer. Outros demonstram clara aversão pelas mulheres que amamentam, com seu forte cheiro de leite e seus seios que ressumam sem cessar. Para ele, o aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antídoto contra o amor.

Mesmo que o pai não sinta aversão, o bebê amamentado pela mãe o perturba constantemente. Pois os médicos e os moralistas da época estão sempre de acordo com proibir as relações sexuais, não só durante a gravidez como durante toda a duração do aleitamento. O esperma, dizem, estraga o leite e o faz azedar. Portanto, põe a vida da criança em perigo. Como a medicina continua, no século XVIII, a difundir essa ideia falsa, o pai se vê reduzido a um longo período de continência sem prazer.[...] A solução mais evidente era trocar o leito conjugal por alguns amores adúlteros (Badinter, 1985, p. 97-98)

Sem negar a validade do afeto materno, a revisão histórica de Badinter revela que a imposição desse amor, tido como um instinto inato à condição feminina, constitui uma elaborada construção social e discursiva.

A invenção do amor materno inato alinha-se de forma intrínseca às demandas do nascente sistema capitalista. Em um período em que a infância adquire o status de força de trabalho em potencial, sua

sobrevivência precisava ser rigorosamente garantida. Mais do que súditos, o Estado necessitava forjar corpos dóceis e úteis. Para impelir as mulheres a assumirem o monopólio desse trabalho reprodutivo e de cuidado — outrora terceirizado ou negligenciado —, operou-se uma sofisticada estratégia biopolítica: elas foram capturadas por discursos que atrelavam a excelência materna à felicidade e à honraria social, como lemos:

a acreditar nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e 'nobre' que o homem não podia, ou não queria, realizar (Badinter, 1985, p. 147).

Essa expropriação da corporalidade atinge seu ápice naquilo que Carmen da Silva (2016, p. 423) denomina a "coletivização do ventre". A identidade feminina permanece atrelada às conveniências masculinas e estatais, destituindo a mulher da agência sobre sua capacidade reprodutiva. Pautas como aborto e contracepção assumem um caráter de domínio público. Como argumenta Lucila Scavone (2004), o cerceamento da contracepção e a criminalização do aborto funcionam como dispositivos de poder disciplinar cujo fim é aniquilar a soberania da mulher. O Estado e a sociedade imputam a responsabilidade reprodutiva exclusivamente às mulheres, pois é delas que sai o bem mais valioso do capitalismo: a mão de obra (Federici, 2023, p. 30-31). O cerceamento das decisões reprodutivas não se sustenta, portanto, por uma ética universal da vida, mas por uma tecnologia de Estado projetada para garantir a oferta contínua da força de trabalho.

É notório que até mesmo as mulheres que não planejam ter filhos são estigmatizadas. A maternidade é frequentemente imposta sob o argumento de ser um destino biológico; assim, aquelas que rejeitam esse caminho enfrentam desconfiança social, como se suas existências fossem falhas por não vivenciarem esse papel. Contudo, a decisão de não engravidar decorre, muitas vezes, da recusa em assumir a sobrecarga exigida pela maternidade. Essa dinâmica é corroborada por Federici (2023, p. 34), ao argumentar que “as mulheres têm hoje menos filhos porque isso significa menos trabalho doméstico, menos dependência de homens ou de um emprego, porque se recusam a ver a própria vida consumida pelas tarefas maternas ou porque não têm o desejo de se reproduzir”.

Mais do que uma prática de cuidado, o maternar foi erigido à condição de categoria identitária essencial. Na engrenagem capitalista, em que a identidade é passível de consumo, as normativas sobre a maternidade são ininterruptamente atualizadas para gerar padrões inatingíveis e, conseqüentemente, novas necessidades. Esse dispositivo opera por meio da culpa generalizada: pune-se moralmente a mulher que não procria, condena-se a que aborta e submete-se a mãe a implacáveis formas de gestão da vida. A mulher vê-se aprisionada em um pêndulo de contradições, no qual o discurso hegemônico dita quando oferecer o corpo para alimentar e quando escondê-lo; quando se devotar ao lar e quando demonstrar eficiência mercadológica. Assim, a maternidade é destituída de sua dimensão privada para tornar-se uma vitrine de intervenção pública, um espaço em que a mulher é invariavelmente julgada por falhar diante de expectativas impossíveis. Trata-se, em suma, de um sistema desenhado para que a mulher sempre perca, independentemente de suas escolhas.

Nessa engrenagem, o Estado consolida sua gestão biopolítica sobre o corpo feminino por meio de estudos, campanhas e programas oficiais que deliberam sobre a reprodução humana, destituindo as mulheres de sua agência e autonomia. Carmen da Silva (2016, p. 425-426) denuncia a violência institucional operada por essas políticas no Brasil, destacando campanhas de anticoncepção executadas com total descaso em relação aos riscos à saúde feminina. A autora expõe violações flagrantes, como a inserção do DIU sem que as pacientes recebessem qualquer esclarecimento sobre o dispositivo introduzido em seus corpos. Soma-se a isso a crueldade punitiva de médicos que deliberadamente impõem métodos dolorosos no atendimento a mulheres em situação de abortamento, convertendo o procedimento clínico em um instrumento de tortura moral e disciplinamento físico. O resultado dessas práticas culmina na “apropriação do corpo feminino por parte do Estado, da sociedade, de cada homem em particular, a admissão tácita de que a mulher não se pertence” (Silva, 2016, p. 426).

Indo além da expropriação da corporalidade promovida pelos aparatos médico e institucional, Scavone (2004) elucida como a responsabilidade pelo cuidado foi compulsoriamente imposta ao gênero feminino. A autora desnaturaliza a máxima de que o “cuidar da vida” seria uma vocação inata à mulher, expondo como as políticas públicas instrumentalizam essa essencialização para invisibilizar o labor reprodutivo. Ao romantizar essa exaustiva jornada como simples extensão do amor materno, Estado e sociedade se isentam de sua verdadeira responsabilidade, negando-se a reconhecer o cuidado como o que de fato é: um trabalho social e econômico estruturante para a manutenção do sistema.

O reconhecimento dessa jornada exaustiva como um motor econômico nos conduz, inevitavelmente, à análise materialista de Silvia Federici. Para a autora, a invisibilidade desse trabalho não é um mero acaso cultural, mas uma exigência primordial para a própria existência e expansão do capitalismo. Ao destituir o trabalho doméstico e de cuidado do seu status econômico, convertendo-o em um “atributo natural” da feminilidade, o sistema garantiu uma fonte inesgotável de mão de obra gratuita. Trata-se da produção e reprodução contínua da força de trabalho, a mercadoria que sustenta o capital, cujos custos de manutenção são inteiramente transferidos para as mulheres sob a justificativa do dever moral.

Nas análises clássicas sobre o capitalismo, a dimensão de gênero é frequentemente marginalizada, de modo que o trabalho doméstico sequer é referenciado como uma forma estrutural de exploração de mão de obra (Federici, 2021, p. 25). Nesse sentido, é fundamental desmistificar a premissa de que o emprego assalariado libertou as mulheres ao lhes conferir independência financeira. Na prática, a entrada no mercado de trabalho apenas instituiu a dupla jornada, perpetuando a invisibilidade do trabalho doméstico justamente por seu caráter não remunerado. Soma-se a isso o fato de que recai sobre as mulheres, de forma compulsória, o cuidado das crianças, o que, na engrenagem capitalista, traduz-se na fabricação e manutenção da futura força de trabalho, a mercadoria mais valiosa para a perpetuação do sistema.

Além do controle reprodutivo, o biopoder neoliberal necessita fragmentar as redes de solidariedade para reinar sobre sujeitos isolados. É comum a propagação da premissa de que a rivalidade é inerente à natureza feminina, um dispositivo de controle fomentado pela competição estrutural em busca da aprovação masculina. O

esvaziamento das amizades entre mulheres na vida adulta não decorre de uma suposta ausência de afinidade, mas é um efeito histórico de políticas de isolamento. Esse processo de esfacelamento remete a eventos basilares do capitalismo, como a caça às bruxas, que não foi meramente uma disputa religiosa, mas a destruição sistemática das redes de sociabilidade e compartilhamento de saberes entre as mulheres.

Sob a égide do neoliberalismo e do empreendedorismo de si, observa-se o empobrecimento sistêmico das relações interpessoais, agora mediadas pela utilidade. A amizade, enquanto vínculo gratuito, é esvaziada. O modelo socioeconômico demanda sujeitos estanques e em constante competição. Cultivar uma relação baseada no diálogo desinteressado passa a ser lido como um desperdício de tempo.

Contudo, a materialização de uma resistência esbarra em um dispositivo disciplinar altamente eficaz: a exaustão. A sobrecarga sistemática imposta às mulheres atua como um mecanismo biopolítico de confisco do tempo, inviabilizando o cultivo desses laços. Submersas em incessantes demandas, recai sobre elas uma teia de expectativas inatingíveis da racionalidade do capital humano: devem ser esteticamente impecáveis, cuidadoras devotas e trabalhadoras de excelência. É precisamente esse aparato de controle — focado na extrema funcionalidade e no esgotamento dos corpos — que pavimenta o caminho para compreendermos como a racionalidade patriarcal neoliberal se instala no mercado de trabalho e, de forma avassaladora, na rotina escolar e na vida das professoras.

4. O MAGISTÉRIO E O PANÓPTICO ESTÉTICO-MORAL

O reconhecimento da jornada de cuidado como um motor econômico é um dispositivo de controle nos conduz, inevitavelmente, à transposição da análise materialista de Silvia Federici (2019; 2021) para o ambiente escolar. Se, na engrenagem capitalista, o trabalho doméstico foi invisibilizado e convertido em um "atributo natural" da feminilidade para garantir labor gratuito, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não representou uma libertação, mas a institucionalização da dupla jornada. A mulher nunca possuiu a prerrogativa capitalista de "ser dona do próprio corpo", visto que sua corporalidade sempre esteve a serviço da reprodução social.

Ao transpor essa análise estrutural para o magistério, observa-se que o Estado e as instituições educacionais passam a atuar como o novo patriarca. A escola apropria-se do trabalho reprodutivo invisibilizado no lar, transformando o labor docente em uma extensão compulsória do cuidado materno. A professora é submetida a um controle biopolítico que funde o emprego assalariado com o dever moral do cuidado incondicional. A exigência de adaptar currículos, suprir graves lacunas estruturais e acolher infinitas demandas emocionais é ardilosamente disfarçada de "dom" ou "vocação". Consequentemente, a reivindicação por direitos trabalhistas básicos — como remuneração justa, limites de jornada e condições materiais — é sistematicamente invalidada pela chantagem emocional do "amor à profissão", barateando o custo da educação às custas da exaustão feminina.

Esse controle patriarcal transposto para o ambiente escolar, no entanto, não se restringe à expropriação do trabalho de cuidado; ele se manifesta como um rigoroso panóptico estético e moral. A escola opera como uma vitrine onde o corpo da mulher — seja docente ou

discente — é submetido a um escrutínio ininterrupto. Para compreender a profundidade desse dispositivo, aciona-se o conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu (1999). O sociólogo demonstra que o ser feminino foi historicamente socializado para a dependência simbólica, constituindo-se como um "ser-percebido", condenado a um constrangimento permanente e a uma preocupação constante com a aparência, como lemos:

O ser feminino é um ser-percebido. E é pelo fato de se sentirem e se saberem continuamente expostas ao olhar e à apreciação dos outros que as mulheres estão condenadas a sentir um constrangimento permanente, que se traduz pela preocupação constante com a aparência e a apresentação (Bourdieu, 1999, p. 77).

No magistério, exige-se da professora uma performance moral e estética de impecabilidade que jamais é cobrada de seus pares masculinos. Enquanto o professor homem é frequentemente autorizado a habitar o espaço escolar amparado na figura do "intelectual excêntrico", onde sua aparência desleixada ou conduta incisiva são lidas como traços de genialidade ou autoridade, a mulher é aprisionada em uma teia de julgamentos. Seu vestuário, seu tom de voz, sua vida afetiva e sua postura são milimetricamente vigiados. Essa assimetria evidencia que não basta à mulher dominar o saber acadêmico; ela é obrigada a atuar como um baluarte da moralidade conservadora. Ao obrigar a professora a gastar tempo, energia e capital para adequar seu corpo às expectativas da decência institucional, o sistema extrai dela uma nova jornada não

remunerada, exaurindo a força vital que poderia ser convertida em insurgência política.

Quando esse corpo, submetido à sobrecarga do cuidado e ao ininterrupto escrutínio estético e moral, inevitavelmente colapsa, a patologização da insurgência desponta como a resposta imediata do sistema. O esgotamento feminino no magistério deixa de ser lido como a falência de uma estrutura adoecedora para ser capturado pelas malhas do biopoder, que o codifica sob o léxico da psiquiatria e da misoginia. A raiva legítima diante da exploração é rapidamente invalidada e reduzida a um desajuste biológico ou sexual. A professora que reivindica e impõe limites é estigmatizada por rótulos forjados para silenciar sua materialidade: a "histérica", a "vítima da TPM" ou "mal amada".

Esse esvaziamento político revela como o biopoder opera na intersecção entre o consultório e a moralidade conservadora. Ao traduzir a indignação sistêmica e trabalhista em flutuação hormonal ou frustração íntima, o Estado e a gestão escolar se isentam de suas responsabilidades. Diagnóstico e ofensa atuam juntos para desautorizar a voz insurgente, convertendo a insubordinação em um mero sintoma a ser medicado, anulado e silenciado.

Evidencia-se, assim, que a educação e a vivência dos corpos atendem a um rigoroso projeto biopolítico. Como aponta Goellner (2003, p. 31), o corpo é construído pela linguagem e pelos discursos de poder que lhe definem normalidades e anormalidades. Para as mulheres no magistério, essa pedagogia da docilidade traduz-se em múltiplas formas de silenciamento, essenciais para a manutenção da simbiose entre a dominação patriarcal e o avanço capitalista neoliberal. Nesse regime, o corpo feminino é sentenciado a uma

falha *a priori*: ele é sempre culpabilizado e insuficiente, independentemente do grau de sacrifício que a mulher se imponha para adequar-se às normas de produtividade e cuidado.

5. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de cunho teórico-bibliográfico. Do ponto de vista epistemológico, a investigação adota uma abordagem crítica e analítica, fundamentando-se na intersecção entre a filosofia pós-estruturalista — com ênfase nas formulações de Michel Foucault acerca do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade neoliberal — e a perspectiva do feminismo materialista e decolonial, ancorada em autoras como Silvia Federici, Elisabeth Badinter e Oyěwùmí.

O percurso metodológico foi estruturado em três etapas fundamentais. A primeira consistiu no levantamento e na seleção rigorosa de literatura primária e secundária (livros, artigos científicos e dissertações) que abordam as categorias centrais do estudo: biopolítica, neoliberalismo, trabalho reprodutivo, gênero e magistério.

A segunda etapa pautou-se na leitura hermenêutica e no fichamento crítico do material selecionado, buscando tensionar a teoria foucaultiana da gestão da vida com a crítica feminista sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado e a expropriação do corpo feminino.

Por fim, a terceira etapa englobou a análise discursiva e a sistematização dos argumentos. Nessa fase, operou-se uma desnaturalização histórica dos constructos sociais (como o instinto

materno e a vocação docente), utilizando a lente teórica para examinar como a racionalidade do "empresariamento da vida" atua no ambiente escolar. A análise dos dados bibliográficos não buscou quantificar fenômenos, mas sim compreender a densidade dos processos de subjetivação, os mecanismos de controle biopolítico e as dinâmicas de patologização da exaustão feminina no contexto do trabalho docente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão pelos labirintos da biopolítica e pela crítica materialista feminista permite-nos constatar que a exaustão imposta às mulheres não é um efeito colateral de um sistema disfuncional, mas o próprio motor que garante o pleno funcionamento do capitalismo neoliberal. O corpo feminino, longe de ser uma materialidade biológica neutra, consolida-se como um território expropriado, atravessado por dispositivos de poder que o convertem na engrenagem central da reprodução social e da manutenção da força de trabalho.

Ao debruçarmo-nos sobre a realidade do magistério, evidencia-se como o Estado e as instituições educacionais operam sob a lógica de um patriarcado neoliberal. A escola apropria-se historicamente do trabalho reprodutivo e da moralidade do cuidado, transmutando-os em uma exigência profissional compulsória. Sob a retórica romantizada do "dom" ou da "vocação", a docente é empurrada para uma jornada extenuante, na qual a precariedade estrutural da educação é compensada pela sua força vital. Simultaneamente, esse corpo é vigiado por um implacável panóptico estético e comportamental, que exige da mulher uma adequação e uma docilidade jamais cobradas de seus pares masculinos.

O limite dessa exploração é o esgotamento. Contudo, como demonstrado, a exaustão funciona como uma sofisticada tecnologia de contenção política: uma mulher exaurida, sobrecarregada por cobranças estéticas, afetivas e laborais, é despossuída do tempo e da energia necessários para forjar alianças e articular resistências. E, quando esse corpo finalmente colapsa e tenta impor limites, o sistema rapidamente aciona a patologização da sua insurgência. Ao reduzir a justa indignação trabalhista e existencial a um desajuste psiquiátrico ou hormonal, o biopoder esvazia a dimensão política da revolta feminina, mantendo a estrutura opressora intacta.

Se a materialidade do corpo é o único meio pelo qual existimos e experienciamos o mundo, ela não pode ser reduzida ao conformismo e à submissão. Para que esse corpo resista, é imperativo desestabilizar a fundação sobre a qual essas normas operam: a ilusão de que a condição feminina, o instinto do cuidado e a vocação incondicional para o sacrifício são meros dados da natureza.

A construção de corpos indisciplinados e vozes insurgentes no magistério — e na sociedade como um todo — passa, necessariamente, pela recusa. Recusa à naturalização do esgotamento; recusa ao isolamento afetivo que nos aparta de outras mulheres e nos submete à lógica concorrencial; e recusa à patologização da nossa raiva. O resgate do convívio desinteressado, das alianças femininas não utilitárias e da politização do nosso próprio cansaço representam atos perigosos de insurgência. Compreender a dimensão estrutural dessa biopolítica é o primeiro passo para deixarmos de administrar a nossa própria exaustão e passarmos, enfim, a combater a maquinaria que a produz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 21ª. ed., 2021.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (ou outra obra correspondente ao ano). São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. *Revolução em ponto zero: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (ou outra obra correspondente ao ano). São Paulo: Elefante, 2023.

FERRAZ, Kaliny. *Governamentalidade, Deficiência e educar: possibilidades da Ética da Amizade como Resistência*. 2020. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A Produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORTEGA, Francisco. Práticas bio-ascéticas e constituição de bio-identidades. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 139-173.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um discurso africano sobre gênero*. Tradução de Simone Pereira Schmidt e Luciana Panke. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2021.

PELBART, Peter Pál. *Biopolítica*. Sala Preta, São Paulo, Brasil, v. 7, p. 57–66, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>. Acesso em: 12 ago. 2026.

RE, Alisa del. Aborto e contracepção. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, Carmen da. Maternidade não é uma obrigação. É escolha. In: RODRIGUES, Carla; RAMOS, Tania R. O (Orgs.). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação da UNESP/Marília. Filosofia da Educação. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6998-1403>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)